

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DAS CIDADES - CONCIDADES PARANÁ, realizada no dia dezoito de novembro de 2010, com início às nove horas na sala TAKUMI do Hotel Nikko, localizado na Rua Barão do Rio Branco 546, com a presença dos Senhores Conselheiros: **1) Agostinho Celso Zanelo de Aguiar**, titular, segmento Profissional, Acadêmico e de Pesquisa, entidade Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado do Paraná – CREA-Pr; **2) Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**, suplente, segmento Movimento Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **3) Ana Carmen de Oliveira**, suplente, segmento Área de Trabalhadores, entidade Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado do Paraná – SINDARQ/PR; **4) Anselmo Schwertner**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM; **5) Carlos Alberto Lima**, titular, segmento Movimento Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM; **6) Daniel Teixeira da Cruz**, suplente, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios da Região Sudoeste do Paraná – AMSULEP; **7) Elizabeth Bueno Cândido**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos Populares - CMP; **8) Emanuel Leem**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Frente Afrobrasileira de Cultura e Estudos - FACE; **9) Hilma de Lourdes Santos**, suplente, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM; **10) Jefferson Wanderlei Pallú**, suplente, segmento Área Empresarial, entidade Associação Comercial e Industrial e Agropecuária de Campo Largo – ACICLA; **11) Joel Tadeu Côrrea**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM/FAMOPAR; **12) José Aparecido Leite**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Instituto Brasileiro dos Deficientes Visuais em Ação – IBDVA; **13) Kurt Nielsen Junior**, suplente, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Sul do Paraná – (MSULPAR; **14) Leovalda Rodrigues Moreira**, suplente, segmento Observadora da Sociedade Civil, entidade Conselho Regional de Serviço Social – CRESS; **15) Lídia Tomoco Miyagui Mizote**, titular, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão – COMCAM; **16) Luiz Carlos Da Silva Herlain**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade Central de Movimentos Populares – CMP; **17) Maria das Graças Silva de Souza**, titular, segmento Movimentos Sociais e Populares, entidade União Nacional por Moradia Popular – UNMP; **18) Maria Felomena Oliveira Sandri**, suplente, segmento Organizações não-governamentais – ONGS, entidade Associação de Defesa do Meio Ambiente - ADEMA; **19) Maria Helena Gusso Mattos**, titular, segmento Poder Público Estadual, entidade Secretaria de Estado da Segurança Pública/Departamento de Trânsito do Paraná – SESP/DETRAN; **20) Mario César Marcondes**, titular, segmento Poder Público Municipal Legislativo, entidade Câmara Municipal de Telêmaco Borba; **21) Mirabel Caldeira Lopes**, suplente, segmento Área Empresarial, entidade Associação Comercial e Industrial de Foz do Iguaçu – ACIFI; **22) Pépe Roberto Salvatierra Maldonado**, titular, segmento Poder Público Municipal Executivo, entidade Associação dos Municípios do Centro-Sul do Paraná – AMCESPAR; **23) Sara Regina Gorsdorf**, titular, segmento Organizações não-governamentais - ONGS, entidade Terra de Direitos – Organização de Direitos Humanos; **24) Sérgio Ahrens**, titular, segmento profissional, acadêmico e de pesquisa, entidade Centro Nacional de Pesquisas

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽⁴⁷⁾de Florestas - CNPF Embrapa Florestas; **25) Sirlei Cesar de Oliveira**, suplente, segmento ⁽⁴⁸⁾Área de Trabalhadores, entidade Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da ⁽⁴⁹⁾Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná- FETRACONSPAR/NCST; **26) Ubiraitá** ⁽⁵⁰⁾**Antonio Dresch**, titular, segmento Área Empresarial, entidade Sindicato das Indústrias da ⁽⁵¹⁾Construção Civil do Estado do Paraná - SINDUSCON/PR; **27) Valdir Aparecido Mestriner**, ⁽⁵²⁾titular, segmento Área de Trabalhadores, entidade Central Única dos Trabalhadores – ⁽⁵³⁾CUT/SINDIURBANO/PR; **28) Valter Fanini**, titular, segmento Área de Trabalhadores, ⁽⁵⁴⁾entidade Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná – SENGE; Presentes como ⁽⁵⁵⁾palestrantes: Gil Polidoro da SEDU/COMEC e Bernardeth Dickow da COHAPAR e como ⁽⁵⁶⁾visitantes: **Alini Vieira de Souza, Adrienne Alher, Clarisse Metzner, Jocieli Majewski,** ⁽⁵⁷⁾**Mauro Sérgio Longowski, Márcia Lais Wassmansdorf, Rosa Moura, Terezinha** ⁽⁵⁸⁾**Aparecida de Lima e Vanessa Tonaka**, presentes também o Senhor **Mário João** ⁽⁵⁹⁾**Figueiredo**, Diretor Geral da SEDU e o Senhor **Antonio Weinhardt Junior**, Secretário ⁽⁶⁰⁾Executivo do Conselho Estadual das Cidades. A pauta para a presente reunião é a ⁽⁶¹⁾seguinte: **1. Abertura Regimental; 2. Informes da Secretaria Executiva; 3. Aprovação da** ⁽⁶²⁾**pauta; 4. Leitura e aprovação da ata da 11ª reunião ordinária; 5. Apresentação do novo** ⁽⁶³⁾**texto da Resolução Administrativa nº006/2010 de formação de Grupo de Trabalho para a** ⁽⁶⁴⁾**COPA 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016. Aprovação e formação do GT; 6.** ⁽⁶⁵⁾**Apresentação da SEDU / COMEC da situação, planejamento e ações na Área de** ⁽⁶⁶⁾**Desenvolvimento Urbano e Regional para a COPA2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas de** ⁽⁶⁷⁾**2016; 7. Apresentação da COHAPAR sobre os encaminhamentos da Metodologia do Plano** ⁽⁶⁸⁾**Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS e sua situação, tema indicado pela** ⁽⁶⁹⁾**Câmara Técnica de Habitação e Comissão Coordenadora; 8. Ofício de indicação do GT** ⁽⁷⁰⁾**COPA2014 do CONCIDADES PARANÁ a ser encaminhado ao Secretário da COPA2014,** ⁽⁷¹⁾**conforme Resolução Administrativa nº006/2010; 9. Apresentação da SEDU sobre a** ⁽⁷²⁾**situação da Minuta de Lei do CONCIDADES PARANÁ, tema sugerido pela Comissão** ⁽⁷³⁾**Coordenadora; 10. Indicação da Comissão Coordenadora conforme Art.12, I, II, III e IV e** ⁽⁷⁴⁾**§1º e § 2º do Regimento Interno, além de outras atribuições definidas pela plenária; 11.** ⁽⁷⁵⁾**Apresentação do GT que trabalhou na questão da capacitação, qualificação de** ⁽⁷⁶⁾**conselheiros e planejamento das ações do CONCIDADES para 2011; 12. Documento da** ⁽⁷⁷⁾**reunião conjunta das Câmaras Técnicas; 13. Entrega de certificados; 14. Encerramento e** ⁽⁷⁸⁾**Confraternização. Com a verificação de quorum foi feita a abertura regimental pelo Sr.** ⁽⁷⁹⁾**Mário João Figueiredo, Diretor Geral da SEDU e Presidente “ad hoc” da reunião, que em** ⁽⁸⁰⁾**seguida passa a palavra para o senhor Antonio Weinhardt Junior para dar os Informes da** ⁽⁸¹⁾**Secretaria Executiva atendendo ao item 2 da pauta. Iniciado os informes foram lidos os** ⁽⁸²⁾**nomes dos conselheiros que justificaram ausência na 12ª reunião ordinária: Carlos Roberto** ⁽⁸³⁾**Bittencourt da SEAB, Jiovaný do Rocio Kissilevicz da UNMP, Jocely Maria Thomazoni** ⁽⁸⁴⁾**Loyola da COHAPAR, Ronald Peixoto Drabik da ACIC, Simone de Fátima Campos Cogo** ⁽⁸⁵⁾**da SEMA e Urânia Flores da SPU. Informa também o envio de mala direta aos municípios** ⁽⁸⁶⁾**paranaenses através de ofício circular nº 006/2010 solicitando o cadastramento dos** ⁽⁸⁷⁾**Conselhos Municipais na página do CONCIDADES. Responderam através do cadastro on-** ⁽⁸⁸⁾**line 76 Municípios. O relatório atualizado do cadastramento feito até dia 17 de novembro** ⁽⁸⁹⁾**está sendo entregue nesta reunião. Continuando os informes o Secretário Executivo diz** ⁽⁹⁰⁾**que o Conselho Regional de Psicologia encaminhou a Secretaria Executiva 05 exemplares** ⁽⁹¹⁾**do livro “Psicologia e mobilidade: o espaço público como direito de todos” que foi publicado** ⁽⁹²⁾**e produzido pelo Sistema Conselhos de Psicologia. 01 exemplar foi encaminhado a** ⁽⁹³⁾**Biblioteca da SEDU e os demais estão a disposição dos conselheiros para consulta na**

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽⁹⁴⁾Secretaria Executiva. As publicações do III Congresso Nacional de Psicologia ocorrido em ⁽⁹⁵⁾setembro em São Paulo estão disponíveis na íntegra no endereço: ⁽⁹⁶⁾www.pol.org.br/publicacoes/relatorios, inclusive o material do livro. Na sequência dos ⁽⁹⁷⁾informes é passada a palavra para o senhor Mário Figueiredo que dá os informes ⁽⁹⁸⁾referentes ao Centro de Treinamento Paraesportivo a ser construído na região de Curitiba ⁽⁹⁹⁾em função de reunião com o Ministro de Esportes ocorrida em 20 de agosto de 2010, e que ⁽¹⁰⁰⁾o Município de São José dos Pinhais está doando um terreno com área de 90 mil metros ⁽¹⁰¹⁾quadrados e que serão atendidas a maioria das modalidades, com exceção de três. O ⁽¹⁰²⁾Centro de Treinamento Paraesportivo é único no Brasil e na América Latina. Em seguida ⁽¹⁰³⁾é composta a mesa com os representantes presentes dos segmentos que compõe a ⁽¹⁰⁴⁾Comissão Coordenadora que são: conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain da CMP, ⁽¹⁰⁵⁾conselheira Lídia Tomoco Miyagui Mizote da COMCAM, conselheiro Valdir Aparecido ⁽¹⁰⁶⁾Mestriner da CUT/SINDIURBANO e conselheira Sara Regina Gorsdorf da Terra de ⁽¹⁰⁷⁾Direitos. Em seguida o senhor Mário João Figueiredo assume os trabalhos encaminhando ⁽¹⁰⁸⁾o item 3 – Aprovação da Pauta, foi pedida a leitura dos itens de pauta pelo conselheiro ⁽¹⁰⁹⁾José Leite. Feita a leitura foi solicitada inversão de assuntos de pauta, e que seja iniciada ⁽¹¹⁰⁾a reunião pelo item 9 da pauta, e que o item 11 seja deliberativo e não expositivo. É ⁽¹¹¹⁾solicitado acréscimo de item que estaria faltando e itens que constam na ata, que seria o ⁽¹¹²⁾relatório de desempenho no ano de 2010. Os conselheiros apóiam, sendo que esta é a ⁽¹¹³⁾última reunião do ano, e ainda propõe o item 12 seja antecipado. O senhor Mario ⁽¹¹⁴⁾Figueiredo informa que os itens 6 e 7, que se referem a apresentações sejam mantidos ⁽¹¹⁵⁾devido a presença e compromissos dos convidados. O conselheiro Joel Tadeu Correa ⁽¹¹⁶⁾solicita entendimento que seria acatar a inversão de pauta proposta, somente com as ⁽¹¹⁷⁾apresentações na sequência, sendo a apresentação da COHAPAR antecedendo a ⁽¹¹⁸⁾apresentação da SEDU e ficaram na sequência dos trabalhos os itens 7, 6, 9 e 12. ⁽¹¹⁹⁾Definida a pauta e o ordenamento dos assuntos o senhor Mário João Figueiredo ⁽¹²⁰⁾encaminha o item 4 – Leitura e aprovação da ata da 11ª reunião ordinária e pergunta da ⁽¹²¹⁾necessidade de leitura uma vez que a mesma foi encaminhada antecipadamente aos ⁽¹²²⁾conselheiros. Não precisando da leitura o senhor Mário João Figueiredo pergunta se há ⁽¹²³⁾alguma consideração a ser feita na Ata da 11ª Reunião Ordinária e somente uma ⁽¹²⁴⁾observação de texto feita pelo conselheiro Valdir Mestriner que foi acatada e ficou de ser ⁽¹²⁵⁾resolvida para esclarecimento da sequência das palavras sem comprometimento do ⁽¹²⁶⁾conteúdo e como não houve mais nenhuma manifestação a ata foi aprovada por todos os ⁽¹²⁷⁾conselheiros presentes. Em seguida o sr. Mário Figueiredo passa ao item referente a ⁽¹²⁸⁾apresentação da COHAPAR sobre os encaminhamentos da Metodologia do Plano ⁽¹²⁹⁾Estadual de Habitação de Interesse Social - PEHIS e sua situação, tema indicado pela ⁽¹³⁰⁾Câmara Técnica de Habitação e Comissão Coordenadora e convida a Coordenadora do ⁽¹³¹⁾PEHIS junto a COHAPAR, sra. Bernadeth Dickow para participar da mesa e relatar a ⁽¹³²⁾situação da Metodologia do PEHIS atualmente. A Coordenadora Bernardeth Dickow ⁽¹³³⁾relembra que o Plano Estadual será participativo, está na fase final do diagnóstico, com ⁽¹³⁴⁾boa participação nas regionais. A intenção é de garantir a qualidade, com retrato da ⁽¹³⁵⁾realidade, para pensar em diretrizes e lembra que o CENSO de 2010 ainda tem ⁽¹³⁶⁾sistematizado dados, identificando assim nas pesquisas regionais dos levantamento de ⁽¹³⁷⁾dados, os assentamentos irregulares, cortiços e que estão sendo treinados membros dos ⁽¹³⁸⁾municípios com objetivo de compor um banco de dados atualizado e mais de acordo com ⁽¹³⁹⁾a realidade de cada município. O trabalho do PEHIS está sendo desenvolvido pela ⁽¹⁴⁰⁾COHAPAR em conjunto o IPARDES. A pesquisa de campo realizada ficará disponível a

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽¹⁴¹⁾ todos os municípios para consulta. Os dados serão publicados e serão levados aos
⁽¹⁴²⁾ seminários regionais, com tempo para as entidades apresentarem contribuições. Haverá
⁽¹⁴³⁾ integração com outros Planos para compor o Plano Estadual e fazer as interfaces. Faltam
⁽¹⁴⁴⁾ dados de investimentos da Caixa Econômica Federal - CEF. O diagnóstico deverá refletir
⁽¹⁴⁵⁾ as necessidades de Habitação de Interesse Social e servirá para o planejamento a longo
⁽¹⁴⁶⁾ prazo. Já foram feitas as licitações para os seminários regionais. Foram feitas três oficinas
⁽¹⁴⁷⁾ regionais e nove setoriais, com previsão de impressão do material resultante ainda este
⁽¹⁴⁸⁾ ano. Poderá ser solicitada a prorrogação de prazo para a realização das consultas, pois
⁽¹⁴⁹⁾ seu resultado é importante. A participação é efetiva com a contribuição pelas entidades e
⁽¹⁵⁰⁾ setores, sendo convocados os setores que ainda não apresentaram suas contribuições.
⁽¹⁵¹⁾ Precisa-se de recursos perenes, com Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social
⁽¹⁵²⁾ bem estruturado e interação dos entes federados. Se o Plano apresentado transpor a
⁽¹⁵³⁾ transição dos governos, será uma política de Estado para Habitação. Contratos assinados
⁽¹⁵⁴⁾ e já em andamento, serão analisados caso a caso. A Caixa Econômica Federal – CEF
⁽¹⁵⁵⁾ também considera importante à qualidade, e seus responsáveis desejam que a
⁽¹⁵⁶⁾ participação seja bastante abrangente, sem comprometer nenhuma etapa. A
⁽¹⁵⁷⁾ Coordenadora informa que esta preocupação da CEF não se reflete no caso do Paraná,
⁽¹⁵⁸⁾ e que a CEF pretende utilizar esta Metodologia como um trabalho piloto a ser aproveitado
⁽¹⁵⁹⁾ em outras regiões no país e que se espera uma definição para os próximos 15 dias.
⁽¹⁶⁰⁾ Iniciando a primeira fase das inscrições para esclarecimento e dúvidas a conselheira
⁽¹⁶¹⁾ Maria das Graças Silva de Souza pergunta porque foram feitas separadas as oficinas por
⁽¹⁶²⁾ segmentos, havendo conflito numa das reuniões, solicitando o envio do questionário para
⁽¹⁶³⁾ contribuir, sendo que somente recebeu semana passada, e quando solicitou para serem
⁽¹⁶⁴⁾ incorporadas as propostas feitas nas conferências das cidades e recebeu crítica de uma
⁽¹⁶⁵⁾ técnica do IPARDES. O conselheiro Alceu Blaca do Nascimento alega que participou das
⁽¹⁶⁶⁾ oficinas em sua cidade e achou bastante produtivo, sendo que ainda serão informados
⁽¹⁶⁷⁾ mais alguns dados solicitados, e pergunta como está situação em outros estados. O
⁽¹⁶⁸⁾ conselheiro Joel Correa esclarece que ainda não recebeu o questionário. O conselheiro
⁽¹⁶⁹⁾ Luiz Herlain diz que este é um processo de política de estado republicano, construído o
⁽¹⁷⁰⁾ Plano Nacional e agora em construção dos Estados e Municípios, apresentando matéria
⁽¹⁷¹⁾ no jornal sobre o Plano de Habitação do próximo governo. A COHAPAR é membro deste
⁽¹⁷²⁾ Conselho. Existem duas políticas, uma construída pelos movimentos de baixo para cima e
⁽¹⁷³⁾ outra de cima para baixo, que não respeita a população de modo geral. Deseja que os
⁽¹⁷⁴⁾ Conselhos sejam respeitados. A Coordenadora Bernardeth Dickow esclarece que a
⁽¹⁷⁵⁾ proposta metodológica tinha um calendário e que as contribuições por segmentos era
⁽¹⁷⁶⁾ mais fácil de sintetizar, que foi a fase de diagnóstico, os seminários regionais serão
⁽¹⁷⁷⁾ realizados com a participação de todos os segmentos. Cada entidade recebeu ofícios e
⁽¹⁷⁸⁾ foram convidados com as pautas, os grupos de coordenação são cinco pessoas e devido
⁽¹⁷⁹⁾ à complexidade do processo, podem acontecer falhas. Os prazos estão dispare, sendo
⁽¹⁸⁰⁾ havendo estados mais adiantados e outros mais atrasados, devendo haver uma
⁽¹⁸¹⁾ equalização. Todas as contribuições serão incorporadas no Plano, com intenção de
⁽¹⁸²⁾ construção coletiva. Em seguida o senhor Mário Figueiredo cita que a Coordenadora
⁽¹⁸³⁾ Bernardeth Dickow é uma pessoa engajada na causa, trabalharam juntos na definição de
⁽¹⁸⁴⁾ critérios sociais contemplando equipamentos públicos na escolha de terrenos, pede apoio
⁽¹⁸⁵⁾ dos movimentos e entidades para viabilização do Plano, continua argumentando que a
⁽¹⁸⁶⁾ participação democrática é penosa, e que temos a chance de ter um rumo e que todos os
⁽¹⁸⁷⁾ candidatos colocaram suas propostas e a sociedade fez sua opção. O conselheiro Carlos

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(188) Alberto Lima diz que a realidade é incontestável, tentando construir uma política para o
(189) Estado Brasileiro e que os governos que vierem tenham ética e dignidade para alicerçar
(190) políticas. Parabeniza os técnicos que participam do processo, e cita um exemplo a
(191) revitalização da Rua Riachuelo, que grupos se beneficiaram comprando os imóveis com
(192) preços irrisórios antes da revitalização e após o investimento vemos como estes valores
(193) subiram com a valorização especulativa dos imóveis que atenderam ao capital
(194) especulativo negando aos moradores antigos uma possibilidade da realização de um
(195) negócio que atendesse suas necessidades básicas. Existem denúncias de pessoas que
(196) estão comprando direito de imóveis da COHAB, quando pagam R\$50,00 pelo imóvel
(197) adquirido junto a companhia se vêem com um valor de condomínio de R\$ 150,00, fazendo
(198) com os adquirentes se inviabilizem vendam suas residências para não ficarem
(199) inadimplentes e as imobiliárias estão negociando estes imóveis. O conselheiro Ubiraitá
(200) Dresch parabeniza a COHAPAR pelos trabalhos feitos e que técnicos anteriores não
(201) fizeram o que deviam. Mesmo com prazo curto atenderá os objetivos. Em seguida o sr.
(202) Mário Figueiredo agradece a presença da representante da COHAPAR e Coordenadora
(203) do PEHIS, Bernadeth Dickow, pelos esclarecimentos, e concluí que está claro que
(204) queremos uma política de Estado, com correções e rearranjos, com qualidade aos menos
(205) favorecidos. Em seguida o sr. Mário Figueiredo faz a apresentação do representante da
(206) SEDU/ COMEC senhor Gil Polidoro que passa a fazer a apresentação da situação,
(207) planejamento e ações na Área de Desenvolvimento Urbano e Regional para a COPA2014
(208) e Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016, tema encaminhado pela plenária do conselho
(209) estadual na reunião ordinária anterior. O Sr. Gil Polidoro faz a apresentação utilizando-se
(210) de slides que ficam a disposição dos interessados na página do conselho estadual. Após
(211) a apresentação alguns conselheiros se manifestam e algumas questões são esclarecidas.
(212) O conselheiro José Leite gostaria que os projetos fossem apresentados aos conselheiros,
(213) para contribuições, não somente para apresentação. O conselheiro Luiz Herlain coloca a
(214) importância dos Conselhos instituídos e que se precisa marcar gols, colocando da
(215) importância de outras formas de participação, através de livros, TV, etc... O conselheiro
(216) Valdir Mestriner coloca a questão da Av. das Torres, serão ou não retiradas as torres, qual
(217) é efetivamente a proposição. Ninguém sabe dizer efetivamente o que vai acontecer, assim
(218) tendo um termo de referência, deve-se saber o que se quer, pois senão for neste
(219) momento que se façam as considerações sobre os planos e projetos chegará a hora em
(220) que solicitamos informações e propomos adequações mas aí é ouvido que agora não
(221) pode mais mudar porque já está resolvido. O representante da SEDU/COMEC Sr. Gil
(222) Polidoro responde que a publicidade dos projetos deve ser feita, que estes projetos estão
(223) sendo discutidos desde 2001, estes projetos estão disponibilizados na página da COMEC,
(224) como o PDI. Existe divulgação, inclusive dos termos de referências que fazem parte do
(225) processo de licitação e também estão na página da COMEC na internet. Com tempo
(226) exíguo de apresentação fica difícil passar todas questões técnicas, o corredor
(227) metropolitano prevê quatro vias para automóveis e uma via para ônibus, com caixa de
(228) 60m de largura, ainda não existe recursos, mas deverão ser previstas pelas legislações
(229) urbanas em cada um dos municípios integrantes. Estamos com prazos atropelados, mas
(230) serão implantadas as vias com menor capacidade. O trecho da Av. das Torres, não vai
(231) comentar porque é assunto do IPPUC, somente pode tratar da continuidade do projeto, e
(232) que somente com o desenvolvimento dos projetos é que se terão as definições. A
(233) conselheira Maria das Graças Souza pergunta por quanto tempo será o prazo das
(234) licitações e se preocupa com a acessibilidade através de passarelas, como na Av. das

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(235) Torres. O conselheiro Jefferson Pallú comenta sobre grande fluxo na região de Campo
(236) Largo, que será um dos pontos de turismo previsto para a Copa 2014, pergunta sobre
(237) previsão de projetos para os municípios do lado oeste de Curitiba. O conselheiro Valter
(238) Fanini cita que tivemos a visão do projeto, existem acertos e equívocos nas propostas da
(239) RMC, pois existem diretrizes de curto, médio e longo prazo, as radiais são vias para
(240) ontem, os investimentos totais necessitariam de 600 milhões, seria melhor verificar os
(241) trechos que deveriam ser feitos e que a execução de projetos podem ficar ultrapassados
(242) em pouco tempo, porque sem recursos não serão executados, além da questão de
(243) especulação imobiliária. Teremos problemas para justificar, sendo que os técnicos têm
(244) demandas a cumprir. Considera que haverá conflitos com os vereadores e prefeitos dos
(245) municípios envolvidos. O Sr. Gil Polidoro informa que o prazo do edital é de 45 dias,
(246) sendo que os projetos prevêem ciclovias, passarelas, calçadas. Quanto ao fluxo de
(247) Campo Largo independe de Copa, que mistura transporte de carga e de veículos, estando
(248) bastante complicado. Existe previsão de conclusão do contorno norte, que tem prazo de
(249) 2007, existindo descompasso e haverá problemas se vierem argentinos, uruguaios e
(250) paraguaios. Com relação a recursos existem atropelos, e a discussão com técnicos de
(251) diferentes órgãos é diferente. Para tanto se precisa definir os projetos para depois buscar
(252) os dispositivos urbanísticos para engessar. Diretriz não é lei. Se houver mudanças poderá
(253) haver correções. A conselheira Maria Felomena Sandri pergunta se será somente
(254) licitação de projetos. O Sr. Mário Figueiredo comenta que devemos ter consistência nos
(255) comentários, informando que a COMEC está esvaziada, tentando recompor seu quadro,
(256) estes projetos deveriam estar nas prateleiras para atendimento das demandas. O
(257) conselheiro Anselmo Schewertner pergunta se este PAC é o da Copa, e se inclui algum
(258) investimento para Foz do Iguaçu? Pois a vocação de Foz é o turismo, mas pode-se ter
(259) algum treinamento das equipes em Foz? O conselheiro Mirabel Lopes pergunta sobre o
(260) que está sendo contemplado para as sub-sedes, pois já tem problemas com hospedagem
(261) em hotéis. O conselheiro Carlos Lima percebe a falta de equipes multidisciplinares nos
(262) projetos da Copa, arqueólogos, geólogos, geógrafos, sociólogos, pois os arquitetos e
(263) engenheiros não projetam para a realidade atual, não estamos para legitimar interesses
(264) da indústria de cimento, da borracha, com a litoralização, acabamos perdendo
(265) oportunidade de mudar o fluxo de investimentos, estamos expandindo e fortalecendo os
(266) mesmos, continuamos errando, e falta ação estratégica para nosso país para daqui a 50
(267) anos. O Sr. Gil Polidoro informa que não está acompanhando todos os projetos no estado,
(268) e que atende e pode responder somente sobre a RMC. Informa também que Foz do
(269) Iguaçu recebe um milhão de visitantes e que Curitiba recebe dois milhões sendo a
(270) concentração maior de pessoas e que os problemas também se sobressaem. O Sr. Mário
(271) Figueiredo concorda que precisamos errar menos, agora temos os Conselhos, que no
(272) futuro poderão ter um papel mais protagonista, estamos num processo. É importante
(273) ressaltar que onde se discutem os projetos é no PPA, que será feito no ano de 2011 e o
(274) que não entrar fica difícil para incorporar, sugerindo que os conselheiros acompanhem as
(275) audiências públicas que acontecerão. Quanto a Copa existe uma matriz do estado para
(276) verificar se não existem coincidentes, exemplificando que o Hospital do Trabalhador já
(277) contempla um heliporto. A questão do pedágio é séria e a sociedade não a discute, o
(278) Conselho Estadual pode contribuir. Continua o Sr. Mário Figueiredo dizendo que como
(279) técnicos que somos nos desdobramos para não perder oportunidades, como o trecho do
(280) aeroporto até o contorno que o DNIT já tem projeto pronto e não divulga, vamos lá e
(281) pegamos aquele o projeto e ganhamos tempo, pois se houver alguma consideração é

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(282) mais fácil a adequação. O Sr. Gil Polidoro cita que usa poucos termos técnicos para
(283) melhor compreensão dos planos e que sempre trabalhou democraticamente, buscando a
(284) transparência no processo, existem atropelos para não perder recursos, e as informações
(285) estão sendo colocadas na internet. O conselheiro Valter Fanini deixa o reconhecimento
(286) aos técnicos do estado, pois está difícil trabalhar, perguntando se será possível
(287) reestruturar a COMEC. O conselheiro José Leite pergunta sobre a reunião do Comitê
(288) Paraolímpico, pois existem conversas que tem uma entidade que está intermediando com
(289) um projeto, buscando verbas é informado que este assunto fez parte do início da reunião.
(290) O conselheiro Carlos Lima é defensor de técnicos públicos e lamenta que não houve
(291) concursos no governo atual. Com todo este dinheiro não se poderia fazer uma cidade
(292) olímpica? O Sr. Mário Figueiredo solicita um tempo e passa a palavra ao Presidente
(293) Wilson Bley Lipski que comparece a reunião neste momento e conclui que desde 2003
(294) está se tentando reconstruir o estado, contratar técnicos pelos concursos feitos. O curso
(295) de gestão pública da SEDU em convênio com a UFPR tem 2600 alunos inscritos. A seguir
(296) o Sr. Wilson Lipski pede 10 minutos de interrupção dos assuntos tratados e solicita a
(297) atenção dos conselheiros o que é concordado com os presentes, e continua dizendo que
(298) infelizmente não pode vir mais cedo, pois não está bem, mas coloca que deverá haver
(299) outra reunião extraordinária, será enviada mensagem para a Assembléia Legislativa com
(300) as recomendações do Seminário que foi referendado na Conferência Estadual e que o
(301) Conselho Estadual passa por amadurecimento, firmando sua posição nas políticas
(302) públicas estaduais na sua área de competência e agradece aos conselheiros, pois está na
(303) função de Secretário de Estado da SEDU e Presidente deste Conselho e sua atividade
(304) atualmente é temporária, e sai envaidecido que o Paraná ganhou bastante com a atuação
(305) do conselho e parabeniza a todos, pois o conselho estadual fez a 4ª Conferência das
(306) Cidades e tivemos a melhor Conferência das Cidades do Brasil. Informa que felizmente as
(307) obras previstas estão em andamento e serão finalizadas no ano e as que não finalizarem
(308) terão recursos aportados para sua conclusão em 2011. Quanto a COMEC alega que
(309) precisamos resgatar os técnicos, tendo aval para contratação destes. Nossa missão vai
(310) ter continuidade, aceitando convite de algumas das instituições para estar do outro lado.
(311) Coloca-se como amigo e está com as portas abertas para conversar e fazer
(312) encaminhamentos, informando que estão fazendo o “Caderno do CONCIDADES
(313) PARANÁ” que a intenção é que o conselho tenha um caderno de debates das suas
(314) questões com entrevistas. Após algumas manifestações dos conselheiros favoráveis as
(315) atividades desenvolvidas no conselho durante o período de sua permanência como
(316) Presidente o Sr. Wilson Lipski se retira da reunião. Em seguida o Sr. Mário Figueiredo
(317) encaminha o item que trata da apresentação da SEDU sobre a situação da Minuta de Lei
(318) do CONCIDADES PARANÁ, tema sugerido pela Comissão Coordenadora. O Sr. Mário
(319) Figueiredo dá os informes sobre andamento do processo alegando que tendo havido a
(320) informação técnica e jurídica e buscando respeitar ao máximo à vontade deste Conselho
(321) o processo foi passado para a conselheira Ana Claudia Graf da PGE e que se não
(322) houvessem atrasos, teríamos agendado um almoço ontem com o Governador Orlando
(323) Pessutti, mas como não foi possível esperamos conseguir agenda para remarcar o
(324) mesmo assim que finalizar o procedimento de pareceres sobre a Minuta de Lei pela PGE,
(325) pois é a vontade popular. O conselheiro Luiz Herlain cita que este processo de conquista
(326) institucional foi amplamente discutido, agora estamos num momento político de
(327) coroamento, sugerindo que seja na Escola de Governo com chamamento à mídia, para
(328) que os 54 Deputados eleitos verem o que terão pela frente, que seja convocação do

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽³²⁹⁾ governo. O conselheiro Valdir Mestriner gostaria de ter uma cópia do Projeto de Lei e
⁽³³⁰⁾ verificar o andamento e pareceres. O Sr. Mário Figueiredo encaminha que o Secretário e
⁽³³¹⁾ Presidente Wilson Lipski teve empenho pessoal, mas é claro que os conselheiros tem que
⁽³³²⁾ se empenhar, porque sabemos que os ventos levam para outros rumos, temos que
⁽³³³⁾ garantir que o PL vá para a Assembléia Legislativa e o empenho é grande e o governo
⁽³³⁴⁾ atual não está protelando nenhuma ação e tem clareza da importância da matéria para o
⁽³³⁵⁾ Conselho, e que existe o compromisso do Governador Orlando Pessutti desde que
⁽³³⁶⁾ recebeu o documento dos conselheiros de encaminhar até o final do ano para aprovação
⁽³³⁸⁾ apresentado o PL para conhecimento, pois a comissão não foi recebida na PGE. O
⁽³³⁹⁾ conselheiro Carlos Lima não citou nomes, mas temos que cobrar que seja apresentada a
⁽³⁴⁰⁾ mensagem na Assembléia Legislativa, fazer já, pois o tempo é exíguo. O Sr. Mário
⁽³⁴¹⁾ Figueiredo diz que não adianta ficar fazendo juízo de valor, temos que ter espaço para
⁽³⁴²⁾ avaliação, para discutir e verificar. Seria bom tornar público que a decisão é deste
⁽³⁴³⁾ Conselho Estadual. O conselheiro Luiz Herlain encaminha para que a questão seja
⁽³⁴⁴⁾ encaminhada politicamente a Assembléia Legislativa. O conselheiro Mirabel Lopes se
⁽³⁴⁵⁾ preocupa, pois esta é uma vontade deste Conselho e não somente uma questão política e
⁽³⁴⁶⁾ deveria ser tratada como tal. O Sr. Mário Figueiredo informa que este período de transição
⁽³⁴⁷⁾ é normal e os acontecimentos não ficam claro para a sociedade devido aos
⁽³⁴⁸⁾ posicionamentos das partes. Cita o exemplo da Assembléia Legislativa, sendo que a OAB
⁽³⁴⁹⁾ desqualificou todo o processo feito da Defensoria Pública. O Sr. Mário Figueiredo informa
⁽³⁵⁰⁾ que irá verificar para encaminhar aos conselheiros o PL que está na PGE e solicita prazo
⁽³⁵¹⁾ até terça-feira, dia 23, para verificar. A conselheira Sara Gorsdorf cita que não
⁽³⁵²⁾ acompanhamos o andamento do passo a passo e propõe que seja socializado como foi
⁽³⁵³⁾ formatado o PL, porque do Seminário saiu um PL e recebe pareceres, não alterações do
⁽³⁵⁴⁾ texto. Assim ganhamos prazo. O Sr. Mário Figueiredo diz que o processo está na PGE, e
⁽³⁵⁵⁾ que tinha certeza de que estaria aqui hoje, o trabalho realizado foi acatando as sugestões
⁽³⁵⁶⁾ do Conselho e a partir da PGE, já poderia vir em forma de PL, e faz uma sugestão de
⁽³⁵⁷⁾ encaminhamento que assim que o processo for recebido na SEDU será encaminhado por
⁽³⁵⁸⁾ e-mail e se necessário faremos uma reunião extraordinária. O conselheiro José Leite
⁽³⁵⁹⁾ pergunta se alguma alteração possa ser retirada. O conselheiro Valdir Mestriner solicita
⁽³⁶⁰⁾ que ainda hoje seja repassado aos conselheiros o documento formatado após o
⁽³⁶¹⁾ Seminário. O Sr. Mário Figueiredo atendendo a solicitação da Secretaria Executiva faz um
⁽³⁶²⁾ intervalo para o almoço às 13h00 com retorno acordado para as 14h00. Com início às 14h
⁽³⁶³⁾ e 15 minutos é dado prosseguimento à 12ª Reunião Ordinária onde o Sr. Mário
⁽³⁶⁴⁾ Figueiredo relembra da necessidade dos encaminhamentos das propostas discutidas na
⁽³⁶⁵⁾ parte da manhã sobre o PL do CONCIDADES PARANÁ e indica que foram apresentadas
⁽³⁶⁶⁾ duas propostas e que se necessário irão para votação. O Sr. Mário Figueiredo informa
⁽³⁶⁷⁾ novamente que o documento da SEDU não é o documento do Governo e que em
⁽³⁶⁸⁾ divulgando o mesmo poderá haver confusão e que o correto é se aguardar o parecer da
⁽³⁶⁹⁾ PGE para posteriormente termos o PL do Governo para então fazer um debate sobre o
⁽³⁷⁰⁾ documento final, que pode ser numa reunião festiva ou numa reunião extraordinária, se
⁽³⁷¹⁾ for o caso. Como não há consenso para só um encaminhamento as propostas são
⁽³⁷²⁾ colocadas em votação da seguinte forma: a primeira proposta é que seja encaminhado via
⁽³⁷³⁾ e-mail aos conselheiros o documento base do Seminário que foi formatado pela SEDU e
⁽³⁷⁴⁾ posteriormente encaminhado a PGE, e a segunda proposta é de se esperar 48hs, até
⁽³⁷⁵⁾ terça-feira dia 23, para apresentar o documento já com parecer da PGE e a finalização do
⁽³⁷⁶⁾ PL. O Sr. Mário Figueiredo coloca então em votação e o resultado é: primeira proposta

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(377) 10(dez) votos, segunda proposta 6(seis) votos. Em seguida o Sr. Mário Figueiredo
(378) encaminha o item documento da reunião conjunta das Câmaras Técnicas. A conselheira
(379) Ana Carmen de Oliveira Coordenadora da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão do
(380) Solo e Territorialidade que inicia como relatora da reunião conjunta os encaminhamentos.
(381) A conselheira Ana Carmen de Oliveira informa que foram feitos os debates e como
(382) resultado os encaminhamentos foram resumidos em 8 itens: 1º item – Sugestão de
(383) convidar membros da Comissão de Transição do Governo para participar da reunião
(384) ordinária de hoje. 2º item – Solicitar o relatório das correspondências emitidas e recebidas
(385) de 2010 pela secretaria executiva do conselho estadual. 3º item – Solicitar a inclusão das
(386) Atas das CT e Resoluções do CONCIDADES na página do conselho estadual. O Sr.
(387) Antonio Weinhardt Jr. pede para fazer esclarecimento sobre o item e informa que as
(388) Resoluções do CONCIDADES PARANÁ estão na página em Resoluções e que as atas
(389) das Câmaras Técnicas que foram encaminhadas pelos Coordenadores(as) ou
(390) Secretários(as) estão disponibilizadas na página do conselho estadual na internet e que a
(391) Secretaria Executiva possui a maioria das gravações das reuniões sem serem formatadas
(392) em Atas. 4º item – Que os Coordenadores(as) das CT discutam e apresentem na próxima
(393) reunião um conjunto de instruções para melhor funcionamento das CT. 5º item – Agendar
(394) a reunião dos Coordenadores das CT ainda em dezembro de 2010. 6º item –
(395) Acompanhamento por parte dos conselheiros do PPA e dotação orçamentária 2011. 7º
(396) item – Sugestões de que os Coordenadores(as) das CTs acompanhem o andamento do
(397) Projeto de Lei do CONCIDADES PARANÁ. 8º item – Relatório dos conselhos municipais e
(398) que já foi recebido no início desta reunião hoje. O Sr. Mário Figueiredo coloca em
(399) discussão o relatório apresentado. Com a palavra o conselheiro Luiz Herlain que concorda
(400) com o relatório, mas lembra que na pauta da reunião das CTs existia um tema sobre a
(401) discussão do novo modelo de gestão para as funções públicas de interesse
(402) comum dos municípios da Região Metropolitana de Curitiba propostas pelo Plano de
(403) Desenvolvimento Integrado da RMC de 2006, bem como, a proposta contida no Projeto
(404) de Lei 212/08 que tramita na Assembléia Legislativa do Paraná e que seria interessante
(405) este tema estar agendado para a próxima reunião das CTs pois foi acordado ontem que
(406) seria trazido maiores informações sobre o assunto para a próxima reunião das CTs e que
(407) este assunto sirva para fortalecer o debate entre as relações entre o conselho estadual e
(408) conselhos municipais, e diz também que leu o ofício encaminhado pelo Concidade de
(409) Campo Mourão e diz que além de estar citado no ofício acompanhou as conferências
(410) municipais que foram muito boas tem um bom desenvolvimento de trabalho realizando
(411) reuniões periódicas com os conselheiros escolhidos em conferência apesar de faltar a
(412) nomeação dos mesmos para efetivação do conselho municipal mas não deixa de ser um
(413) processo de relação de solidariedade do conselho estadual e de discussão da questão
(414) para poder tirar os entraves políticos e efetivar o Conselho Municipal de Campo Mourão.
(415) O conselheiro Valdir Mestriner pontua que o funcionamento da CT e as discussões feitas
(416) nas reuniões deixaram a desejar em função das faltas dos conselheiros o que acabou
(417) dificultando as realizações das reuniões das Câmaras Técnicas e a necessidade de
(418) aprimorar no Regimento Interno que a presença das CTs faz parte da presença nas
(419) reuniões ordinárias, a necessidade de criar uma estrutura de funcionários para as CTs
(420) para que o processo administrativo de cada CT seja acompanhado por um funcionário, a
(421) necessidade da redução do tempo entre reuniões pois foi discutido sobre a dificuldade
(422) das reuniões se realizarem somente a cada 3(três) meses, e das dificuldades sobre a não
(423) continuidade de discussão dos assuntos face a dificuldade do andamento das decisões e

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(424) o acompanhamento das solicitações feitas em sua grande maioria a órgãos públicos
(425) estaduais e que não se tem retorno. O conselheiro Jefferson Pallú informa que as últimas
(426) informações que constam na página do conselho em documentos datam de junho de
(427) 2009, dando a entender a quem acessa de que não existem mais reuniões. O Sr. Luiz
(428) Herlain lembra que houve um grande período onde aconteceram as Conferências das
(429) Cidades e que o conselho se ocupou na maior parte do tempo dos assuntos das
(430) conferências e o que parece um lapso tem que levar em consideração o período das
(431) conferências. O conselheiro Alceu do Nascimento dá apoio para que o trabalho seja
(432) divulgado pela internet, como colocado antes em reunião. O Sr. Mario Figueiredo
(433) considera importante as colocações sobre a página e reforça que realmente deve ser uma
(434) página dinâmica, viva e que reflita os trabalhos do conselho e lembra que existe um fórum
(435) exclusivo para os conselheiros com acesso através de senha que foi fornecida aos
(436) conselheiros e que não tem tido frequentadores, e que é um bom canal para inclusão e o
(437) conselho deve utilizar mais as suas ferramentas mesmo porque temos conselheiros em
(438) diversas cidades e este meio de comunicação e debate aproxima mais os conselheiros e
(439) pergunta se há mais alguma consideração e como não há manifestação pergunta se está
(440) aprovado o relatório e dá por aprovado pelos conselheiros presentes. O Sr. Mário
(441) Figueiredo solicita um espaço para apresentar o “Caderno do CONCIDADES PARANÁ”,
(442) que foi concedido, informa que o caderno que sua periodicidade será definida pelo
(443) conselho e sugere que não seja tão longo para não cair no esquecimento, mas que
(444) também não seja tão curto que cause dificuldade operacional e se banalize. É um
(445) instrumento do conselho com assuntos do conselho e a Secretaria faria a parte de
(446) impressão, redação e editoração daquilo que pode ser a voz do conselho. Para esta
(447) primeira edição que está em fase final de produção e neste momento distribui dois
(448) exemplares preliminares para visualização dos Conselheiros, e continua dizendo que
(449) neste caderno foi proposta a transcrição da palestra que o então Procurador Geral do
(450) Estado, Sr. Carlos Frederico Marés de Souza fez na 4ªCEC, um artigo da Sra. Clarice
(451) Metzner do MP, um texto do conselheiro Luiz Herlain, um depoimento da conselheira
(452) Carmen Menna Barreto Gomes, uma entrevista que foi realizada com nosso Secretário e
(453) Presidente Sr. Wilson Bley Lipski e por fim a composição atual do CONCIDADES
(454) PARANÁ, uma ficha técnica que vai ter também a composição da SEDU e da Secretaria
(455) Executiva. A seguir o senhor Mário Figueiredo encaminha o item número 5 –
(456) Apresentação do novo texto da Resolução Administrativa nº006/2010 de formação de
(457) Grupo de Trabalho para a COPA 2014 e Olimpíadas e Paraolimpíadas de 2016.
(458) Aprovação e formação do GT. O Secretário Executivo informa que a Resolução
(459) inicialmente aprovada na reunião passada foi encaminhada a Assessoria Jurídica da
(460) SEDU/PARANACIDADE que adequou o texto e realizou algumas modificações sendo
(461) então necessário este encaminhamento para nova aprovação da Resolução e faz a leitura
(462) da Resolução e em seguida são abertas as inscrições para manifestações. O conselheiro
(463) Valdir Mestriner solicita destaque no Art.3º, e indica complementação onde diz Ministério
(464) Público Estadual incluir o Federal e que seja incluído também acompanhamento junto ao
(465) TCU e TCE, pois a Resolução inicial constavam estes três órgãos. O senhor Antonio
(466) Weinhardt Junior informa que na revisão pelo jurídico, foi excluído órgão federal por uma
(467) questão de hierarquia e de competência. O conselheiro Valdir Mestriner alega que a
(468) SEDU apresenta uma Resolução com alteração e que esta deveria estar acompanhada
(469) do Parecer Jurídico justificando a mesma. A conselheira Maria Felomena Sandri sugere
(470) incluir dar publicidade ao assunto utilizando os meios de comunicação do Estado. O

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(471) senhor Mário Figueiredo informa que a Resolução aprovada será publicada em Diário
(472) Oficial e divulgada através da Agência de Notícias e páginas do governo. O conselheiro
(473) Luiz Herlain concorda com a divulgação e diz que as próprias entidades participantes
(474) podem dar publicidade em seus municípios ou em suas regiões em jornais, rádios e
(478) outros meios existentes, finalizando assim as propostas e as observações colocadas
(479) pelos conselheiros e em seguida o texto foi encaminhado para votação e as alterações
(480) foram aprovadas por unanimidade. O Sr. Mário Figueiredo informa que o item 6 que trata
(481) da assinatura de ofício para encaminhar o GT ao Coordenador da COPA de 2014 fica
(482) comprometido pois não temos a presença do Secretário Wilson Lipski, por motivo de
(483) saúde e desta forma a assinatura será feita posteriormente. Em seguida o Sr. Mário
(484) Figueiredo dá andamento à reunião com chamamento do item que trata da apresentação
(485) do GT que trabalhou na questão da capacitação, qualificação de com)selheiros e
(486) planejamento das ações do CONCIDADES para 2011 e chama o relator do GT para
(487) apresentação. O conselheiro Valdir Mestriner informa que foi feita uma única reunião do
(488) GT na semana passada com sua presença a presença da conselheira Sara Gorsdorf e de
(489) um membro da SEDU, Sr. Eduardo Prugner. O objetivo do GT era de formatar um
(490) Seminário para formação dos conselheiros, pois se pode perceber pelas reuniões do
(491) conselho mais recentes ou não que é evidente que falta aos conselheiros a definição do
(492) seu papel dentro do conselho, quais suas possibilidades, não temos clareza de nossas
(493) atividades dentro dos trabalhos do conselho. Desta forma a construção de um Seminário
(494) abrindo um espaço para que possamos fazer esta formação mais clara e que não seja um
(495) espaço para trabalhar em um ou dois dias, mas que seja um espaço dinâmico e contínuo.
(496) O que está sendo proposto é que seja uma capacitação feita em etapas e além das
(497) etapas presenciais outras etapas através de qualificação a distância, mas que não seja
(498) vídeo-conferência que requer um local para participar mas sim a disponibilização de
(499) material via internet, por exemplo, utilizando a página do conselho estadual onde cada
(500) conselheiro teria condição de buscar de acordo com sua disposição de tempo e da melhor
(501) maneira que lhe convier o material que depois seria avaliado nas etapa presenciais. O
(502) objetivo é também melhorar nosso papel como conselheiro, criar novos instrumentos para
(503) que o conselho possa monitorar as políticas públicas, a gestão das cidades. Os
(504) participantes são todos os titulares e suplentes do conselho estadual além das pessoas
(505) envolvidas nas atividades da secretaria executiva. As capacitações presenciais ocorreriam
(506) um dia antes das reuniões ordinárias o que aumentam as reuniões de dois para três dias.
(507) O conteúdo foi dividido em cinco módulos, a saber: o primeiro Módulo tem como tema “O
(508) estado, participação popular e controle social”; o segundo Módulo tem como tema
(509) “Controle social e sistema de informações”; o terceiro Módulo com tema “A história social
(510) do Paraná, cenários sociais, econômicos e políticas públicas de desenvolvimento urbano”;
(511) o quarto Módulo tratará dos “Programas temáticos desenvolvidos pelo Estado como:
(512) Plano Estadual de Habitação de Interesse Social – PEHIS, Saneamento, Planos Diretores
(513) e outros”; e o quinto Módulo trataria dos “Instrumentos públicos orçamentários e sua
(514) aplicabilidade nas políticas públicas de desenvolvimento social assim como: Plano Pluri
(515) Anual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e outros instrumentos orçamentários
(516) que balizam a administração pública na política de desenvolvimento urbano”. Para a
(517) viabilização dessa qualificação é necessário a criação de um Grupo de Trabalho misto
(518) que envolva o conselho estadual e a SEDU porque será através da SEDU que será criada
(519) as condições para a realização desses Seminários principalmente na confecção dos
(520) materiais que serão disponibilizados e também a estrutura para viabilizar os momentos

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(521) presenciais. A proposta do GT é para que na próxima reunião ordinária do conselho
(522) estadual este GT já apresente um trabalho desenvolvendo os Módulos apresentados
(523) para apresentação na plenária e aprovação dessa capacitação para implementação para
(524) os próximos conselheiros estaduais que iniciaram a segunda gestão. Em seguida a
(525) conselheira Sara Gorsdorf participante do GT complementa a apresentação realizada
(526) dizendo que o que lhe chamou muito a atenção é que quando o GT iniciou a pesquisa
(527) sobre capacitação de conselheiros para fazer a realização deste trabalho verificou-se a
(528) precariedade de informações sobre o assunto e de espaços onde exista um
(529) direcionamento para os conselheiros das cidades, existe uma bibliografia enorme de
(530) outros conselhos, então até por esse processo de dificuldade temos que ter em conta a
(531) apropriação do conhecimento, ou seja, desde a compreensão do estado como seu
(532) funcionamento e nós conselheiros como exercermos o controle social através do
(533) instrumental do conselho, nosso papel, nossa atribuição e também o instrumental e
(534) metodologia de trabalho e nossa relação com instrumentos de busca e pesquisa em redes
(535) que nos dê possibilidade de entendimento e de informações sobre aquilo que está
(536) disponível na internet. Para o desenvolvimento dos trabalhos é necessário agregar mais
(537) pessoas ao GT, incluindo especialistas existentes para aplicação dos Módulos, buscando
(538) em vários órgãos e instituições de ensino e não só na seara paranaense, mas também
(539) visualizar especialistas na seara brasileira como IBDU, IUPPUR, IEPG as pessoas que já
(540) possuem uma grande participação nas questões de políticas públicas de desenvolvimento
(541) urbano e controle social. A conselheira Sara Gorsdorf complementa que na pauta
(542) apresentada no início da reunião este assunto estava sendo tratado como “expositivo” e a
(543) solicitação feita na aprovação dos assuntos de pauta para que fosse um item
(544) “deliberativo”, e que foi aprovado como tal, decorre da necessidade da aprovação deste
(545) tema em plenária e a garantia da continuidade deste trabalho tão importante para o
(546) conselho estadual que ficará como legado da primeira gestão e mostra um pouco das
(547) suas dificuldades e de seus avanços deixando para a segunda gestão uma possibilidade
(548) real de amadurecimento do conselho estadual com atuação mais de acordo com suas
(549) competências. Em seguida o conselheiro Valdir Mestriner abre a palavra para
(550) considerações dos conselheiros presentes. A conselheira Maria Felomena Sandri pede
(551) resgate da primeira oficina realizada em 2008 e que se tome cuidado para não ficar só em
(552) uma única oficina, pois ao curso do tempo restou só o material apresentado que foi
(553) entregue em pastas aos conselheiros. A conselheira Sara Gorsdorf informa que a parte de
(554) ensino a distância é para minimizar o tempo de reunião, com intervenção de especialistas.
(555) O Sr. Mário Figueiredo pede a palavra na condição de participante da reunião e informa
(556) que o grande avanço na área de formação pública foi o Curso Superior de Tecnologia e
(557) Gestão Pública da SEDU, que conta com a participação de três conselheiros das cidades
(558) como aluno, e hoje nós temos 12.916 alunos, servidores municipais, estaduais e federais,
(559) e a primeira turma se formará agora em dezembro o conteúdo e se gradua o ano que
(560) vem. O trabalho é feito em parceria que envolve o governo estadual, os municípios, os
(561) servidores e o Instituto Federal do Paraná -ITFPr. quem detem a tecnologia do ensino a
(562) distância. O conteúdo foi feito com várias mãos, e existe idéia de fazer um Curso de
(563) formação para Conselheiros, pois nos municípios é maior esta demanda. Reivindiquem
(564) junto a SEDU/PARANACIDADE para que se realize este curso, atendendo os
(565) conselheiros municipais, com níveis de formação diferenciados para os movimentos
(566) sociais, com conteúdos apropriados, pois somos uma sociedade excludente. É trabalhoso
(567) e as ferramentas já existem e uma instituição já atende com instrutores e facilitadores que

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽⁵⁶⁸⁾assessoram e tiram dúvidas, podendo até o 2º semestre o curso poderia entrar no ar,
⁽⁵⁶⁹⁾necessitando de definição de conteúdos. Após podem ser feitos tópicos específicos sobre
⁽⁵⁷⁰⁾Desenvolvimento Urbano. O conselheiro Carlos Lima informa que em alguns Estados
⁽⁵⁷¹⁾existem Escolas de Conselheiros. Lamenta que a escola de governo não seja aberta para
⁽⁵⁷²⁾a sociedade de modo geral, formando agentes comunitários, com experiência que poderia
⁽⁵⁷³⁾ser expandida. O Sr. Mário Figueiredo solicita que o GT seja formado conforme proposta
⁽⁵⁷⁴⁾apresentada e os componentes são os seguintes: Anselmo Schewertner, Jéfferson Pallú,
⁽⁵⁷⁵⁾Joel Correa, Maria Felomena Sandri, Mirabel Lopes, Pepe Maldonado, Sara Gorsdorf,
⁽⁵⁷⁶⁾Sérgio Ahrens, Valdir Mestriner e um representante da SEDU. Colocado em votação foi
⁽⁵⁷⁷⁾aprovado por unanimidade. O Sr. Mário Figueiredo se coloca a disposição do grupo como
⁽⁵⁷⁸⁾cidadão e como técnico e o grupo convida a Sra. Clarice Metzner do MP para participar, e
⁽⁵⁷⁹⁾a primeira reunião fica para o dia dois de dezembro na SEDU. Em seguida o Sr. Mário
⁽⁵⁸⁰⁾Figueiredo informa que a Resolução Administrativa nº006 do GT da COPA de 2014 foi
⁽⁵⁸¹⁾aprovada, mas faltou a indicação dos nomes que irão compor o GT e solicita
⁽⁵⁸²⁾encaminhamento do assunto. O GT então é formado considerando um representante de
⁽⁵⁸³⁾cada segmento totalizando seis conselheiros e fica assim formado: Movimentos Sociais e
⁽⁵⁸⁴⁾Populares – Alceu do Nascimento – CONAM; Poder Público Municipal – Pépe Maldonado
⁽⁵⁸⁵⁾– AMCESPAR; Área de Trabalhadores – Ana Carmen de Oliveira – SINDARQ; Área
⁽⁵⁸⁶⁾Empresarial – Jefferson Pallú – ACICLA; Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa –
⁽⁵⁸⁷⁾Antônio Borges dos Reis – CREA/Pr; Organizações Não Governamentais - Sara Regina
⁽⁵⁸⁸⁾Gorsdorf – Terra de Direitos. O Sr. Mário Figueiredo sugere que os GT tenham um
⁽⁵⁸⁹⁾procedimento para sua formação e sua atuação e propõe que para compor um GT tem
⁽⁵⁹⁰⁾que ser aprovado pela plenária o objetivo do grupo, seu tempo de duração e esse grupo
⁽⁵⁹¹⁾tem que apresentar relatórios parciais em cada reunião conforme sua duração e relatório
⁽⁵⁹²⁾final dos trabalhos a ser submetida para aprovação pelo pleno do conselho e o grupo de
⁽⁵⁹³⁾trabalho não fala em nome do conselho e submete sua sugestão em votação que é
⁽⁵⁹⁴⁾aprovada por unanimidade dos presentes. O período de avaliação do GT será a cada seis
⁽⁵⁹⁵⁾meses. O Sr. Mário Figueiredo encaminha para o item que é a indicação da Comissão
⁽⁵⁹⁶⁾Coordenadora conforme Art.12, I, II, III e IV e §1º e § 2º do Regimento Interno, além de
⁽⁵⁹⁷⁾outras atribuições definidas pela plenária. O conselheiro Valdir Mestriner alerta que esta
⁽⁵⁹⁸⁾Comissão atuará como a Comissão de Transição para o novo governo e terá como
⁽⁵⁹⁹⁾responsabilidade fazer a interlocução com o novo governo para a primeira reunião de 2011
⁽⁶⁰⁰⁾todos concordam e aprovam a tarefa da comissão de trabalhar como Comissão de
⁽⁶⁰¹⁾Transição do CONCIDADES PARANÁ junto à nova administração estadual de 2011. A
⁽⁶⁰²⁾Comissão fica assim formada: Movimentos Sociais e Populares – Carlos Lima – CONAM;
⁽⁶⁰³⁾Poder Público Municipal – Pepe Maldonado – AMCESPAR; Área de Trabalhadores –
⁽⁶⁰⁴⁾Valdir Aparecido Mestriner – CUT/SINDIURBANO; Área Empresarial – Jefferson Pallú –
⁽⁶⁰⁵⁾ACICLA; Área Profissional, Acadêmica e de Pesquisa – Sérgio Ahrens –
⁽⁶⁰⁶⁾EMBRAPA/Florestas; Organizações Não Governamentais - Sara Regina Gorsdorf – Terra
⁽⁶⁰⁷⁾de Direitos. Na continuação a palavra é passada para o conselheiro Carlos Lima que
⁽⁶⁰⁸⁾sugere a discussão da avaliação dos Coordenadores das Câmaras Técnicas, pois o cargo
⁽⁶⁰⁹⁾ocupado tornou-se vitalício, e não foi discutido a eficiência nem o funcionamento no
⁽⁶¹⁰⁾processo do conselho estadual e o que fizemos ontem foi à avaliação das Câmaras
⁽⁶¹¹⁾Técnicas não dos Coordenadores, e assim como os GTs de maior prazo serão avaliados
⁽⁶¹²⁾processo de oxigenação e alternância nas CTs, e proponho que o mesmo período dos
⁽⁶¹⁵⁾GTs, seis meses, seja dado as CTs. O conselheiro José Leite discorda da avaliação pois
⁽⁶¹⁶⁾as CTs fazem parte da estrutura deste conselho, em avaliando as CTs teremos que

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽⁶¹⁷⁾avaliar o conselho como um todo e sua presidência a cada seis meses o que corresponde
⁽⁶¹⁸⁾a apenas duas reuniões, e para a escolha dos novos coordenadores se dará após a
⁽⁶¹⁹⁾posse do novo mandato, verificar junto ao novo conselho a nova composição das CTs e
⁽⁶²⁰⁾dentro das reuniões das CTs escolher os novos coordenadores e secretários, de acordo
⁽⁶²¹⁾com nosso regimento, para depois trazer ao pleno do conselho que tipo de avaliação
⁽⁶²²⁾poderá ser feito dali em diante. O conselheiro Valdir Mestriner lembra que foi definido
⁽⁶²³⁾ontem na reunião das CTs para apresentarem sugestões para melhor funcionamento das
⁽⁶²⁴⁾Câmaras Técnicas e que ficou definido que haverá uma reunião dos Coordenadores das
⁽⁶²⁵⁾Cts para que eles façam suas sugestões para aprimorar o funcionamento delas e se tem
⁽⁶²⁶⁾que haver mudanças quais mudanças devem ser feitas. O conselheiro Luiz Herlain
⁽⁶²⁷⁾informa que o que foi encaminhado ontem na reunião conjunta das CTs é que será
⁽⁶²⁸⁾apreciado na próxima reunião as suas avaliações, e precisamos entender que as CTs tem
⁽⁶²⁹⁾que ter melhor condição de trabalho de estrutura e de não fazer suas reuniões somente
⁽⁶³⁰⁾nas vésperas das reuniões ordinárias. Diante da insistência de tratar outro assunto
⁽⁶³¹⁾diferente do que está sendo encaminhado o Sr. Mário Figueiredo reclama da dificuldade
⁽⁶³²⁾de se conduzir os trabalhos do conselho, pois os conselheiros não têm a mesma disciplina
⁽⁶³³⁾que exigem da mesa, não tem a mesma disciplina de uns com os outros colegas, é
⁽⁶³⁴⁾necessário ter um pouco mais de paciência, pois tem conselheiro que fala o tempo todo e
⁽⁶³⁵⁾tem conselheiro que se intimida e não fala nada, faço este apelo aos conselheiros que
⁽⁶³⁶⁾façam uma autocrítica, pois está muito difícil conduzir os trabalhos deste conselho, tudo
⁽⁶³⁷⁾isso é um processo salutar porque é um conselho novo, há muita angústia, há muito
⁽⁶³⁸⁾passivo, mas isto não implica que não se consiga realizar os trabalhos que nos propomos
⁽⁶³⁹⁾alguma consideração. Como não há manifestação o Sr. Mário Figueiredo cita que a
⁽⁶⁴¹⁾proposição do conselheiro Carlos Lima fica prejudicada pelas considerações do
⁽⁶⁴²⁾conselheiro José Leite. O conselheiro Carlos Lima pondera que o que está sendo
⁽⁶⁴³⁾colocado é que as CTs e os GTs não possuem tanta autonomia como parecem e não são
⁽⁶⁴⁴⁾maiores do que o pleno do conselho, o local das decisões do conselho é no seu pleno e
⁽⁶⁴⁵⁾não há instância maior que o pleno e que não adianta reunir as CTs para decidir alguma
⁽⁶⁴⁶⁾coisa e que não passe pelo debate no pleno que é quem decide as questões do conselho.
⁽⁶⁴⁷⁾A conselheira Maria Felomena Sandri coloca que toda regulamentação do conselho foi
⁽⁶⁴⁸⁾aprovada em seu pleno, inclusive a regulamentação das CTs, e o resultado da reunião de
⁽⁶⁴⁹⁾ontem das CTs seguiram para aprovação neste pleno, e a reunião de dezembro dos
⁽⁶⁵⁰⁾coordenadores para decidir sobre o funcionamento das CTs não está no seu momento
⁽⁶⁵¹⁾certo estamos em final de processo eu como coordenadora não vou me mobilizar de
⁽⁶⁵²⁾minha cidade para uma reunião dos quatro coordenadores pois vamos decidir o que? não
⁽⁶⁵³⁾vai decidir nada pois toda tratativa é regimental, se não está adequado desta maneira o
⁽⁶⁵⁴⁾certo é fazer mudança no regimento e quem faz isto é o pleno. O Sr. Mário Figueiredo
⁽⁶⁵⁵⁾coloca que temos dois fatos relevantes que devem ser considerados, o primeiro é a nova
⁽⁶⁵⁹⁾gestão com a mudança de conselheiros em 2011, e o segundo é a questão do PL do
⁽⁶⁶⁰⁾CONCIDADES que está tratando de uma série de questões e que irá modificar em termo
⁽⁶⁶¹⁾do conselho como um todo e que espero seja para melhor, e a partir daí teremos de
⁽⁶⁶²⁾trabalhar toda a estruturação do conselho, então sugiro que este debate sobre CTs seja
⁽⁶⁶⁴⁾necessárias, e pergunta se tem alguém contra esta proposta e como não houve
⁽⁶⁶⁵⁾contestação foi aprovado pela unanimidade dos conselheiros presentes. Em seguida o Sr.
⁽⁶⁶⁶⁾Mário Figueiredo passa ao outro tema que estava em debate e que foi redirecionado para
⁽⁶⁶⁷⁾conclusão das questões das CTs que é o relatório final da coordenação da 4ª CEC que foi
⁽⁶⁶⁸⁾conduzido pelo conselho com atuação brilhante e que se diferenciou das demais

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

⁽⁶⁶⁹⁾conferências brasileiras e passa a palavra. O conselheiro Valdir Mestriner coloca que a
⁽⁶⁷⁰⁾preocupação é que este conselho foi responsável pela realização da 4ª Conferencia
⁽⁶⁷¹⁾Estadual das Cidades, e tem que fazer a reunião ainda neste ano, no máximo no início da
⁽⁶⁷²⁾terceira semana de dezembro, para que possa ser aprovado o relatório final da 4ªCEC
⁽⁶⁷³⁾conduzida pelo conselho estadual, e aproveitaríamos para fazer a reunião sobre o
⁽⁶⁷⁴⁾resultado do PL também nesta data. O conselheiro Luiz Herlain comenta que este pleno
⁽⁶⁷⁵⁾deste conselho foi responsável, gerenciou e quem comandou politicamente a 4ª CEC e
⁽⁶⁷⁶⁾após a conferência já foi assunto de pauta a avaliação e outros temas dentro deste pleno.
⁽⁶⁷⁷⁾Entendo que o que falta é o grupo de conselheiros que ficou como coordenação geral da
⁽⁶⁷⁸⁾conferência, que era a conselheira Urânia o conselheiro Joel e eu fazer um documento
⁽⁶⁸⁰⁾estão todos consolidados a partir plenária de aprovação final da conferência estadual que
⁽⁶⁸¹⁾resultou do envio daquela documentação a Conferência Nacional das Cidades que
⁽⁶⁸²⁾acolheu validou a conferência estadual e também já consolidou o resultado em sua
⁽⁶⁸³⁾plenária final. Então reforço que o que falta é uma prestação política de contas da
⁽⁶⁸⁴⁾coordenação geral composta de seus três membros. O conselheiro Alceu do Nascimento
⁽⁶⁸⁵⁾lembra que foi aprovado o relatório da CERV em uma das reuniões ordinárias realizadas
⁽⁶⁸⁶⁾após a 4ªCEC. A conselheira Sara Gorsdorf cita que foi bastante elogiada e teve
⁽⁶⁸⁷⁾importância a realização da conferencia estadual, mas acho que falta construir que
⁽⁶⁸⁸⁾quando se fala relatório final é colocar num determinado documento o histórico desde a
⁽⁶⁸⁹⁾constituição, o que aconteceu, como foi composta a CERV, quem foram os
⁽⁶⁹⁰⁾coordenadores, resumo, dados, os resultados, quantas pessoas participaram, quantos
⁽⁶⁹¹⁾participaram em cada grupo, um dado referencial de análise do que foi para a
⁽⁶⁹²⁾coordenação e estes conselheiros o seu processo de participação que ficará registrada
⁽⁶⁹³⁾como história, pois se foi coordenada essa coordenação tem uma leitura completa do
⁽⁶⁹⁴⁾processo. O conselheiro Joel Correa lembra que o relatório realizado pela conselheira e
⁽⁶⁹⁵⁾coordenadora da SEDU na 4ªCEC Carmen Menna Barreto existe, foi bastante completo e
⁽⁶⁹⁶⁾foi encaminhado a todos os conselheiros e a coordenação executiva estadual
⁽⁶⁹⁷⁾perguntando se algum conselheiro queria acrescentar alguma coisa para depois enviar a
⁽⁶⁹⁸⁾coordenação nacional, e acredito que a coordenação dos três conselheiros pode
⁽⁶⁹⁹⁾complementar aquele relatório enviado a nacional. O conselheiro Carlos Lima lembra que
⁽⁷⁰⁰⁾faltou a socialização do relatório ao pleno do conselho que é possível reenviar novamente
⁽⁷⁰¹⁾o relatório feito para todos os conselheiros, mas não dá para começar do zero tudo que já
⁽⁷⁰²⁾está feito, pode-se fazer considerações sobre, mas não modificar o que já está
⁽⁷⁰³⁾encaminhado. O conselheiro Mirabel Lopes coloca que o relatório da 4ªCEC já foi bem
⁽⁷⁰⁴⁾encaminhado e o que pode restar seria uma sinopse para ficar registrado e acrescenta
⁽⁷⁰⁵⁾que houve em reunião passada uma colocação sobre um delegado da conferência
⁽⁷⁰⁶⁾estadual que teria tido uma atitude inconveniente durante a conferência estadual e que se
⁽⁷⁰⁷⁾estava estudando uma maneira de repreende-lo e que este assunto não foi mais
⁽⁷⁰⁸⁾abordado. O Sr. Mário pede questão de ordem pois o assunto não é o que está sendo
⁽⁷⁰⁹⁾tratado e retoma as discussões da 4ªCEC. O conselheiro Valdir Mestriner coloca que o
⁽⁷¹⁰⁾relatório enviado a nacional é o relatório resultado da 4ªCEC e não é este a que ele se
⁽⁷¹¹⁾refere, o que ele se refere foi considerado na fala da conselheira Sara, que é um relato
⁽⁷¹²⁾final que conte os fatos e registre documentos e ações. O conselheiro Carlos Lima sugere
⁽⁷¹³⁾encaminhamento para convocação de duas reuniões extraordinárias, com horários
⁽⁷¹⁴⁾diferentes para em uma reunião colocar como pauta a questão do PL e a segunda reunião
⁽⁷¹⁵⁾tratar do relatório da 4ªCEC como foi aqui colocado. O Sr. Mário Figueiredo submete a
⁽⁷¹⁶⁾proposta de encaminhamento ao plenário que foi aprovada pela unanimidade dos

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

(717) presentes. Em seguida o Sr. Mário Figueiredo informa que em relação à pauta da próxima
(718) reunião como não foi encaminhado nenhum formulário para a mesa com justificativa de
(719) assunto de pauta será aguardado o envio das sugestões por e-mail para apreciação da
(720) Comissão Coordenadora eleita nesta reunião. O Sr. Mário Figueiredo retoma o assunto
(721) levantado sobre o delegado do poder público municipal, Jurandir Guatassara Boeira, na
(722) 4ªCEC e coloca que se trata de assunto vencido e não há espaço para qualquer ação sem
(723) a presença da pessoa envolvida para apresentar suas considerações, apesar do conselho
(724) ser soberano nas suas decisões já quando foi apontado anteriormente o assunto o
(725) conselho não tomou nenhuma decisão então se deve dar por vencida a questão. O
(726) conselheiro Carlos Lima pede questão de ordem e propõe seja feita a votação da
(727) suspensão de maneira permanente do assunto CONCIDADES versus Jurandir
(728) Guatassara, o que é acolhido pela mesa que realiza a votação que tem como resultado da
(729) maioria dos presentes votando pela suspensão permanente do assunto no
(730) CONCIDADES, um voto contra a suspensão permanente e duas abstenções. Ao final da
(731) reunião são feitas algumas sugestões como a confecção da Ata o mais breve possível, a
(732) realização de cópias das gravações das reuniões do CONCIDADES para termos mais de
(733) um local com a guarda destas gravações podendo ser encaminhadas cópias ao Arquivo
(734) Público e a Biblioteca da SEDU. Antes de encerramento o Sr. Mário Figueiredo se coloca
(735) a disposição pedindo desculpas por alguma falha que possa ter ocorrido durante a reunião
(736) e segue com a entrega de certificados aos conselheiros referentes a primeira gestão do
(738) CONCIDADES PARANÁ e avisa que o conselheiro Luiz Carlos da Silva Herlain fará o
(739) lançamento de seu livro “História das Cidades – Em uma visão Popular”. Em não havendo
(740) nada mais a relatar, o senhor Mário Figueiredo dá por encerrada a reunião às 17h00, que
(741) foi anotada pela conselheira Ana Carmen de Oliveira do SINDARQ e transcrita por mim
(742) Antonio Weinhardt Junior, Secretário Executivo do Conselho Estadual das Cidades e
(743) homologado em reunião ordinária. Abaixo segue a relação dos presentes.-----

Mário João Figueiredo - Diretor Geral da SEDU

Antonio Weinhardt Junior - Secretário Executivo do CONCIDADES PARANÁ

Conselheiros:

- 1) **Agostinho Celso Zanella de Aguiar**
- 2) **Alceu Valdomiro Blaca do Nascimento**
- 3) **Ana Carmen de Oliveira**
- 4) **Anselmo Schwertner**
- 5) **Carlos Alberto Lima**
- 6) **Daniel Teixeira da Cruz**
- 7) **Elizabeth Bueno Cândido**
- 8) **Emanuel Leem**
- 9) **Hilma de Lourdes Santos**
- 10) **Jefferson Wanderlei Pallú**
- 11) **Joel Tadeu Corrêa**
- 12) **José Aparecido Leite**
- 13) **Kurt Nielsen Junior**
- 14) **Leovalda Rodrigues Moreira**
- 15) **Lídia Tomoco Miyagui Mizote**

CONCIDADES PARANÁ
Conselho Estadual das Cidades

- 16) Luiz Carlos da Silva Herlain**
- 17) Maria das Graças Silva de Souza**
- 18) Maria Felomena Oliveira Sandri**
- 19) Maria Helena Gusso Mattos**
- 20) Mario César Marcondes**
- 21) Mirabel Caldeira Lopes**
- 22) Pepe Roberto Salvatierra Maldonado**
- 23) Sara Regina Gorsdorf**
- 24) Sérgio Ahrens**
- 25) Sirlei Cesar de Oliveira**
- 26) Ubiraitá Antônio Dresch**
- 27) Valdir Aparecido Mestriner**
- 28) Valter Fanini**